

## POBREZA INFANTIL E SUAS DISCREPÂNCIAS REGIONAIS NO BRASIL

### *Child poverty and its regional discrepancies in Brazil*

#### **Sophia Sales Reis Gonçalves**

Economista. Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Av. Purdue, s/n °, Campus Universitário, CEP 36.570-900, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. [sophiasalesr@hotmail.com](mailto:sophiasalesr@hotmail.com)

#### **Carmem Fruhauf de Oliveira**

Economista. Mestre em Economia (UFV). [cfruhauf@gmail.com](mailto:cfruhauf@gmail.com)

#### **Evandro Camargos Teixeira**

Economista. Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor Associado I do Departamento de Economia (DEE/UFV). Av. Purdue, s/n °, Campus Universitário, CEP 36.570-900, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. [evandro.teixeira@ufv.br](mailto:evandro.teixeira@ufv.br)

---

**Resumo:** A pobreza impacta negativamente a vida das crianças, sendo que seus efeitos podem repercutir na idade adulta e, inclusive, nas próximas gerações. No Brasil, em 2019, 46,9% das crianças encontravam-se em estado de pobreza e 21,6%, em extrema pobreza. Nesse sentido, compreender os fatores que influenciam a existência desse quadro torna-se extremamente relevante e é objeto deste estudo, que contribui com a escassa literatura existente. Para mensurar os níveis de pobreza e extrema pobreza de crianças com idade entre 0 e 13 anos de idade no Brasil e em suas distintas macrorregiões, foram utilizados os índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), além do modelo Logit, com o objetivo de analisar os fatores relacionados aos referidos níveis de incidência. Os resultados demonstram que tanto a proporção (P0) como o hiato de renda média (P1) e severidade (P2) da pobreza e extrema pobreza são mais elevados nas regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, nas supracitadas regiões, o fato de o (a) chefe de domicílio possuir maior nível de escolaridade diminui de forma mais acentuada as chances de que a criança seja pobre em relação a essa probabilidade nas demais regiões brasileiras.

**Palavras-chave:** Pobreza infantil; Discrepâncias regionais; Índice FGT; Logit; Brasil.

**Abstract:** Poverty negatively impacts children's lives, and its effects can have an impact on adulthood and even on future generations. In Brazil, in 2019, 46.9% of children were in a state of poverty and 21.6% in extreme poverty. In this sense, understanding the factors that influence the existence of this situation becomes extremely relevant and is the object of this study, which contributes to the scarce existing literature. The Foster-Greer-Thorbecke (FGT) indices were used to measure the levels of poverty and extreme poverty of children aged 0 to 13 years in Brazil and in their different macro-regions, in addition to the Logit model with the objective of analyze the factors related to the referred levels of incidence. The results show that both the headcount ratio (P0) and the poverty gap index (P1) and squared poverty gap (P2) of poverty and extreme poverty are higher in the North and Northeast regions of the country. In addition, in the aforementioned regions, the fact that head of household has a higher level of education decreases the chances of the child being poor in relation to this probability in the other Brazilian regions.

**Keywords:** Child poverty; Regional discrepancies; FGT Index; Logit; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

Ainda que o Brasil, nas últimas duas décadas, tenha obtido avanços importantes quanto à redução da pobreza, com elevação da renda média e diminuição da desigualdade, desde 2014 verificou-se reversão desse quadro. A retomada do processo de elevação nas disparidades de renda e dos níveis de pobreza e extrema pobreza provoca uma reflexão sobre os fatores que estão a ela associados, no atual contexto.

No decorrer da história, para que o indivíduo considerado pobre fosse identificado, foram criadas diversas formas de mensuração; entre elas, a multidimensional, a relativa, a subjetiva e a monetária. Tendo em vista a última, considera-se pobre o indivíduo que possui um nível de renda abaixo de um limite pré-determinado (KAGEYAMA, HOFFMANN, 2006).

Segundo Barros et al (2006), a referida definição tem algumas vantagens. Em primeiro lugar, a mensuração da pobreza apoiada no conceito de insuficiência de renda é naturalmente escalar. Além disso, para que as famílias possam ter acesso a bens e serviços, primordialmente pelo mercado, precisam dispor de recursos monetários. Assim, é possível verificar a existência de correlação entre o nível de renda e diversos aspectos relacionados ao bem-estar dos indivíduos. Adicionalmente, a abordagem unidimensional, pela renda, garante simplicidade e transparência ao delimitar a população considerada pobre.

No que tange a supracitada abordagem unidimensional,<sup>1</sup> que tem como parâmetro o nível de renda, os indivíduos são classificados em duas faixas: pobreza e extrema pobreza. A primeira representa o valor necessário para atender às necessidades dos indivíduos; a segunda corresponde não somente às necessidades alimentares (ROCHA, 2006).

Algumas pesquisas sugerem que dentre os indivíduos acometidos pela pobreza as crianças são, sobretudo, mais vulneráveis (CHEN; CORAK, 2008; PEREZ, 2016; UNDP, 2019). Para ter uma ideia, no Brasil, em 2019, 46,9% das crianças encontravam-se em situação de pobreza e 21,6% em extrema pobreza. Verifica-se, dessa forma, que a pobreza infantil se configura como uma temática extremamente relevante, pois interfere no tempo de duração e na qualidade de vida das crianças (BARRIENTOS, DEJONG, 2004). Além disso, está diretamente relacionada à desnutrição: crianças podem ter seu desenvolvimento físico e cognitivo prejudicado (RUIZ-RUIZ, 2018). Adicionalmente, está relacionada ao trabalho infantil: crianças podem ser inseridas de forma prematura em atividades laborais, sendo obrigadas a deixar de lado os estudos e, por conseguinte, tendo seu futuro comprometido (FERREIRA-BATISTA; CACCIAMALI, 2012). Por fim, quando não conseguem sair da condição de pobreza, podem perpetuá-la de forma intergeracional (BLANDEN et al., 2007).

Mediante sua relevância, pesquisadores em todo o mundo têm se empenhado em compreender as causas e as consequências da pobreza infantil, sendo as características socioeconômicas domiciliares cruciais. Nesse sentido, existem estudos que analisaram as questões relacionadas ao gênero (SAUNDERS et al., 2019; MUSIWA, 2019), estrutura familiar (DIOGO, 2018; LICHTER, 2019), escolaridade dos pais (ADETOLA; OLUFEMI, 2012), aspectos raciais (BRATTER; DAMASKE, 2013; BITLER et al., 2016) e localização (ACAR; ANIL, 2015).

No caso brasileiro, alguns estudos já foram realizados. Por exemplo, Alberto e Yamamoto (2017) analisaram as políticas voltadas à diminuição do trabalho infantil por intermédio de menores taxas de pobreza na infância, assim como Assis et al. (2017), que investigaram como o crescimento econômico e a desigualdade na distribuição de renda influenciam a dinâmica da extrema pobreza da população total e infantil. Por sua vez, Mosaner (2016) avaliou a incidência de pobreza multidimensional em crianças nas macrorregiões rurais e urbanas. Tella et al. (2018) também es-

1 A abordagem unidimensional, que considera indivíduos com renda per capita domiciliar igual a  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo vigente como pobres e  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente como extremamente pobres, foi também utilizada por Hoffmann (2006); Rocha (2006); Moreira et al. (2009); Carneiro et al. (2016) e Caetano (2017), apesar de estes trabalhos não terem analisado especificamente a pobreza infantil.

tudaram as relações entre diversidades socioeconômicas e desenvolvimento infantil de crianças entre 0 e 5 anos, através de dados de um bairro pobre do município de São Paulo.

A partir da observação do escopo literário, percebe-se que, relativamente, poucos estudos abordam fatores associados à pobreza infantil. Nesse sentido, o presente estudo pretende preencher essa lacuna, levando em consideração que o Brasil possui dimensões continentais e elevada heterogeneidade regional. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as características socioeconômicas associadas à probabilidade de as crianças serem acometidas por pobreza e extrema pobreza, considerando o país e suas macrorregiões. Para tal, o estudo utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019, período mais recente com informações disponibilizadas, considerando a faixa etária de 0 a 13 anos.<sup>2</sup> A mensuração da pobreza e da extrema pobreza tem como base os índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), a partir de duas faixas de renda.<sup>3</sup> A primeira, referente à extrema pobreza, correspondendo a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo vigente, e a segunda, à pobreza, representada por  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo. Para a análise das variáveis socioeconômicas relacionadas à incidência de pobreza e extrema pobreza, é utilizado o modelo dicotômico Logit.

Dentre os principais resultados, destaca-se que a proporção (P0), o hiato de renda média (P1) e a severidade (P2) da pobreza e da extrema pobreza são mais elevados nas regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, nessas regiões, verificou-se diminuição mais acentuada da probabilidade de que a criança seja pobre quando o (a) chefe de domicílio possuía nível mais elevado de escolaridade em comparação às chances nas demais regiões brasileiras.

Além desta introdução, o trabalho possui mais cinco seções. Na segunda seção, é realizada uma breve revisão da literatura que trata dos fatores socioeconômicos relacionados à incidência de pobreza infantil. Na seção seguinte, é apresentada a metodologia, subdividida entre a apresentação dos índices FGT do modelo econométrico e a fonte dos dados. A quarta seção apresenta os resultados e, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Através da Convenção sobre os Direitos das Crianças, realizada em novembro de 1989, as crianças passaram a ter maior representatividade nas pautas dos governos, influenciando legislações, programas e políticas no cenário internacional e nacional. Assim, elas ganharam mais destaque também dentro da área de pesquisa em pobreza e dos estudos especificamente sobre pobreza infantil tiveram mais ênfase.

Apesar de tamanha diversidade econômica e cultural entre os países, muitos aspectos que caracterizam a pobreza infantil são comuns às várias nações. Onde quer que uma criança resida, presume-se que sua condição de vida esteja estreitamente ligada às características familiares, conforme Nguetse Tegoum e Hevi (2016), que atestam que o contexto familiar é um fator que não pode ser dissociado da pobreza infantil. Nesta perspectiva, no geral, a literatura denota que famílias monoparentais chefiadas por mulheres são mais vulneráveis quanto a incidência de pobreza infantil, vide os estudos de Lichter (2019) e Rodgers e Payne (2007), para os Estados Unidos; Lyndon (2019), para a União Europeia, e Diogo (2018), para Portugal.

O gênero da criança também pode influenciar o nível de privação sofrido. Conforme pesquisa realizada por Saunders et al. (2019), através de dados relacionados às privações infantis respondidas pelas próprias crianças, as meninas são as que mais sofrem em comparação com os meninos. Na China, Wong et al. (2014) demonstraram que as privações entre os gêneros ocorrem em níveis diferentes: enquanto meninas pobres são mais prejudicadas em termos de saúde física, meninos sofrem mais em termos psicossociais.

2 A PNADC considera indivíduos com 14 anos de idade ou mais como força potencial de trabalho.

3 Foi levada em consideração a definição de pobreza e extrema pobreza referente ao Decreto Nº 6.135, de 26 de junho 2007, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O fator localizacional também aparece nas pesquisas que destacam a influência do efeito vizinhança sobre o nível de pobreza, pois ambientes com menos oportunidades econômicas, maiores níveis de criminalidade e baixa qualidade educacional, além de estarem correlacionados às regiões de elevada concentração de pobreza, contribuem para que ocorra perpetuação do seu ciclo (ACAR; ANIL, 2015).

O referido ciclo ocorre através da transmissão intergeracional da pobreza, que é um importante efeito da pobreza infantil, pois, além de determinar o êxito das gerações futuras, impacta na qualidade de vida das crianças. Consequentemente, indivíduos que vivenciam a pobreza na infância têm mais chances de se tornarem pobres crônicos, ou seja, permanecerem pobres durante toda a vida (MAKHALIMA et al., 2014; BARRIENTOS; DEJONG, 2004).

Alguns estudos, como o de Adetola e Olufemi (2012), analisaram outro aspecto: o efeito da escolaridade dos pais sobre a incidência de pobreza infantil. Os referidos autores, ao estudar o caso das crianças que vivem em zonas rurais da Nigéria, demonstraram que a probabilidade de a criança ser pobre diminui conforme o nível de instrução dos pais aumenta. Especificamente, existe diminuição da probabilidade de a criança ser multidimensionalmente pobre em 0,03 p.p., quando a mãe tem ensino superior, e 0,05 p.p., quando o pai tem ensino médio. Além disso, quando pais não trabalham em setores agrícolas, as chances de a criança ser pobre diminuem em até 0,05 p.p.

A cor e/ou raça da criança também está associada à probabilidade de ela ser pobre. A pesquisa de Bratter e Damaske (2013) revelou que quase todas as crianças pretas são mais propensas a serem pobres em relação às brancas, sendo tal discrepância, em termos de probabilidade, da ordem de 41%, quando são analisadas somente as variáveis raciais, e de 10%, quando são introduzidas outras variáveis de controle. A maior probabilidade de crianças não brancas e de outras etnias, que não a do país em que vivem, apresentarem maior probabilidade de serem pobres também é relatada por Lyndon (2019), Bitler et al. (2016) e Rodgers e Payne (2007). Todavia, há de se destacar que a estrutura familiar, as características educacionais e o desempenho profissional dos pais explicam alguns ou boa parte dos diferenciais entre crianças brancas e pretas em relação ao nível de pobreza (BRATTER, KIMBRO, 2013).

Nas pesquisas realizadas no Brasil, a maioria dos resultados vai ao encontro da literatura internacional exposta até aqui. Mosaner (2016) analisou as macrorregiões rurais e urbanas do Brasil e encontrou diferenças nos níveis de pobreza conforme a localização das crianças. Nesse sentido, crianças que se encontram no meio urbano são mais afetadas por privações de saneamento básico, habitação e saúde, enquanto aquelas que residem no meio rural sofrem mais com privações em termos de saneamento básico, habitação, comunicação e até mesmo acesso a água potável.

No que diz respeito ao impacto do nível educacional materno no desenvolvimento dos filhos, Tella et al. (2018) analisaram crianças de 6 a 9 meses residentes de uma área pobre de São Paulo e demonstraram que quanto mais elevado o nível educacional da mãe e o desempenho dos lactentes nas escalas de linguagem, mais altos foram os escores das crianças em escalas de desenvolvimento linguístico, cognitivo e motor. Tal resultado evidencia que o nível educacional das mães contribui para diminuir as restrições de crianças financeiramente pobres, o que vai ao encontro da maior parte da literatura internacional.

Importante salientar que, no Brasil, o gênero também é um fator tanto relevante quanto determinante da incidência de pobreza infantil. Como prova disso, Ribeiro e Marinho (2012) atestam que as mulheres, crianças e adultas, são as mais afetadas pela pobreza nas regiões brasileiras.

Ainda caracterizando o indivíduo que se encontra em estado de pobreza, o Relatório da UNICEF BRASIL (2018) apresentou um conjunto de informações sobre as privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil. Utilizando os dados da PNAD 2015, o estudo demonstrou que as crianças apresentam maior probabilidade de serem pobres monetariamente conforme diminui a idade e se forem pretas. Com relação às características dos demais moradores dos domicílios, a maior quantidade de crianças e a idade mais elevada do (a) chefe de domicílio, sendo esta do sexo feminino com menos anos de estudo, aumentam a probabilidade de a criança ser pobre. No que

diz respeito aos fatores localizacionais, crianças residentes na região Nordeste também têm mais chances de serem pobres, assim como as da região Norte e as que vivem na zona rural.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Índice de *Foster-Greer-Thorbecke* (FGT)

Com o objetivo de mensurar os níveis de pobreza e extrema pobreza no Brasil e suas distintas macrorregiões, foram utilizados os índices FGT. Estes índices têm a vantagem de serem aditivamente decomponíveis, de forma que possibilitam comparar a pobreza infantil entre as regiões brasileiras, não apenas quanto a extensão, mas também quanto ao hiato de renda média e sua severidade. O conjunto de índices FGT foi inicialmente proposto em Foster et al. (1984) e é denotado pela equação (1) abaixo:

$$\varphi(\alpha) = \frac{1}{nz^\alpha} \sum_{i=1}^h (z - x_i)^\alpha \quad (1)$$

Sendo  $\alpha \geq 0$  e  $0 \leq \varphi(\alpha) \leq 1$ ,

em  $h$  que representa o número de crianças abaixo da linha da pobreza;  $n$  é o tamanho da população;  $z$  representa a linha de pobreza;  $x_i$  é a renda per capita do  $i$ -ésimo domicílio em que a criança reside.

Assim, três índices de pobreza,  $P_0$ ,  $P_1$  e  $P_2$ , são derivados dessa equação, conforme a variação do parâmetro  $\alpha$ , representando:

- a proporção de crianças pobres, ou incidência da pobreza,  $P_0$ , quando  $\alpha = 0$ ;
- o hiato de pobreza  $P_1$  quando  $\alpha = 1$ , representando a intensidade da pobreza ponderada pela insuficiência de renda;
- a severidade da pobreza  $P_2$  quando  $\alpha = 2$ , que exprime a desigualdade na distribuição de renda entre as crianças pobres.

De acordo com Sen (1976), existem duas propriedades axiomáticas desejáveis para um indicador de pobreza. A primeira é a da monotonicidade, na qual uma redução do nível de renda de um indivíduo pobre deve, necessariamente, gerar aumento no nível geral de pobreza. O segundo axioma é o da transferência, que denota a existência de aumento do nível de pobreza geral, sempre que houver transferência de renda de uma pessoa pobre para um indivíduo com maior nível de renda.

A supracitada propriedade que torna o índice FGT aditivamente decomponível indica que o índice de pobreza total é resultado da soma ponderada de cada medida de pobreza, ou seja, que a mensuração para um determinado país, por exemplo, pode ser facilmente decomposta para suas regiões e estados. Além dessa, o FGT assume as propriedades básicas de um indicador de pobreza, supracitadas e definidas por Sen (1976). Esse indicador passou a ser considerado uma medida robusta de pobreza comumente utilizada na literatura, sendo, inclusive, usado em diversos trabalhos no Brasil (MEDEIROS et al., 2020; CARNEIRO et al., 2016; AFONSO et al., 2011; GUEDES; ARAÚJO, 2009) e na literatura internacional (WANG; MAN, 2019; OGWUMIKE; OZUGHALU, 2018).

#### 3.2 Especificação do modelo econométrico

Neste estudo, estimou-se um modelo de probabilidade para analisar os fatores relacionados a incidência de pobreza ( ) para o país e as macrorregiões brasileiras. Nesse sentido, considerando que os efeitos dos fatores que interferem nas chances de uma determinada criança estar em situação

de pobreza e extrema pobreza são diferentes para cada região, foi estimado um modelo para cada macrorregião brasileira: Norte (N), Nordeste (NE), Centro-Oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S).

O modelo *Logit* foi escolhido devido a sua capacidade de mensurar os efeitos de variáveis de controle quando a variável “dependente” é binária. Assim, no presente estudo, ao controlar as especificidades do país e de cada macrorregião, tem-se a indicação da forma pela qual os fatores associados à pobreza infantil afetam as crianças em cada localidade.

Segundo Wooldridge (2016), quando se tem a probabilidade não linear de ocorrência do evento, o modelo *Logit* com uma função de distribuição acumulada logística é o mais adequado para a análise. Para fins de estimação, a forma geral do modelo é dada pela seguinte equação:

$$L = \ln \left( \frac{P}{1 - P} \right) = \beta X + \varepsilon \quad (2)$$

em que  $L$  é a razão de chances em favor da ocorrência do evento; as variáveis explicativas são representadas pela matriz  $X$ ; os coeficientes a serem estimados, pelo vetor  $\beta$  e  $\varepsilon$  corresponde ao vetor de erros estocásticos.

Uma vez que os resultados dos estimadores do modelo *Logit* se apresentam na forma logarítmica, optou-se por apresentá-los a partir da razão de chances (RC) do evento, facilitando a interpretação dos resultados. A razão de chances estimada pode ser interpretada como a diferença na probabilidade de o evento ocorrer em relação à categoria-base. Portanto, seguindo as definições de logaritmo natural, ao elevar a equação (2) ao exponencial  $e$ , a expressão da RC pode ser definida na seguinte equação:

$$RC = \left( \frac{P}{1 - P} \right) = \frac{P(Y_i = 1)}{P(Y_i = 0)} = e^{\beta X + \varepsilon} \quad (3)$$

Com relação às variáveis utilizadas no estudo, estas tiveram como critério de inclusão a literatura concernente ao tema e são descritas no Quadro 1. A variável dependente, *Faixa de Rendimento*, é binária e assume valor igual a 1, quando a criança pertence a uma família que possui renda per capita igual ou abaixo da linha de pobreza e igual a 0 para o nível de renda acima da linha de pobreza. Nesse sentido, foram adotadas duas linhas de corte, seguindo a definição do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP, 2013). A primeira delimita o caráter de pobreza, correspondendo à  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. Já a segunda linha de corte define o critério de extrema pobreza, sendo equivalente à  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo.

Essas medidas, apesar de simples, são comumente utilizadas para definição da situação socioeconômica oficial de indivíduos e famílias, que geralmente servem de parâmetro para os programas de transferência de renda (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Além disso, como supracitado, para a definição das crianças, consideraram-se somente indivíduos de 0 a 13 anos, pois, a partir dos 14 anos de idade, já é possível exercer alguma atividade remunerada.

No que tange às variáveis explicativas, com o objetivo de capturar a diferença de pobreza entre os gêneros, foi incluída uma *dummy* que considera o sexo da criança. Além disso, foi também inserida uma *dummy* que aponta o sexo do (a) chefe de domicílio. Conforme Ribeiro e Marinho (2012), há possível sobrerrepresentação feminina da pobreza, isto é, domicílios chefiados por mulheres apresentam taxas mais elevadas de pobreza (SPENCER, 2003; BÁRCENA-MARTIN et al., 2017).

As variáveis que denotam a escolaridade da pessoa de referência, incluídas em forma de *dummies* (E1, E2, E3 e E4), mensuram o efeito das faixas de níveis educacionais do (a) chefe do domicílio sobre a probabilidade de que a criança seja pobre. Portanto, espera-se que quanto maior a escolaridade do (a) chefe da família, menor a chance de que a criança esteja em situação de pobreza e extrema pobreza, como apontado por Adetola e Olufemi (2012).

Para medir o impacto do número de pessoas que residem no mesmo domicílio que a criança, foi incluída a variável que corresponde à quantidade de pessoas no domicílio. Espera-se que o coeficiente estimado para essa variável seja positivo, isto é, quanto maior o número de pessoas no domicílio, mais elevada a probabilidade de que a criança seja pobre, como verificado por Lipton (1999) e Acar e Anil (2015).

A variável “cor/raça”<sup>4</sup> foi utilizada para captar a diferença em termos de probabilidade de crianças brancas e não brancas serem pobres. Como demonstrado anteriormente, evidências empíricas demonstram que crianças não brancas, assim como minorias étnicas, apresentam maiores chances de serem pobres em relação às brancas (BURCHARDT, 2008; RIBEIRO, MARINHO, 2012).

Para verificar uma possível incidência de pobreza mais elevada em crianças mais novas, foi incluída no modelo a variável “idade”. Espera-se que exista relação negativa entre idade e situação de pobreza (GORNICK; JÄNTTI, 2010).

Por fim, tendo em vista que a pobreza no meio urbano é distinta, em relação à zona rural (MO-SANER, 2016; RIBEIRO; MARINHO, 2012; MUSIWA, 2019; MUSIWA, 2019a), foi acrescentada a variável “situação do domicílio” para verificar se há diferença de impacto na pobreza entre as distintas situações localizacionais.

**Quadro 1** – Descrição das variáveis incluídas no modelo econométrico

Variável dependente	Descrição	
	Pobre	Extremamente pobre
Faixa de rendimento	1 - Até 1/2 salário mínimo; 0 - Acima de 1/2 salário mínimo.	1 - Até 1/4 salário mínimo; 0 - Acima de 1/4 salário mínimo.
Variáveis explicativas	Descrição	
Menina	1 - Menina; 0 - Menino.	
Branco	1 - se declarar como branco; 0 - se declarar como não branco.	
Idade da criança	Idade (em anos).	
Mulher	1 - se a referência do domicílio for mulher; 0 - se a referência do domicílio for homem.	
Escolaridade da referência	E1 - 1 se a referência é sem instrução e menos de um ano de estudo até fundamental incompleto ou equivalente; 0 caso contrário; (*) E2 - 1 se a referência com fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente; 0 caso contrário; E3 - 1 se a referência com médio completo ou equivalente; 0 caso contrário; E4 - 1 se a referência com superior incompleto ou equivalente até superior completo; 0 caso contrário;	
Urbano	1 - se o domicílio estiver em zona urbana; 0 - se o domicílio estiver em zona rural.	
Quantidade de pessoas no domicílio	Quantidade de pessoas que se encontram no mesmo domicílio.	

4 No presente trabalho, foi considerado branco quem se autodeclarou branco ou amarelo; caso contrário, foi considerado não branco.

Variáveis explicativas	Descrição
Regiões	Nordeste - 1 se for a região Nordeste; 0 caso contrário; (*)
	Norte - 1 se for a região Norte; 0 caso contrário;
	Sudeste - 1 se for a região Sudeste; 0 caso contrário;
	Sul - 1 se for a região Sul; 0 caso contrário;
	Centro-Oeste - 1 se for a região Centro - Oeste; 0 caso contrário.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: (\*) Categoria de referência.

### 3.3 Fonte e tratamento dos dados

Para a análise do modelo de probabilidade, foram consideradas crianças das cinco regiões brasileiras. Os dados utilizados foram coletados a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sendo consideradas apenas as perguntas relativas à primeira entrevista do ano de 2019, o que possibilitou o retrato do cenário brasileiro mais atual.

A PNADC consiste em uma coleta de dados, que são extremamente necessários para o estudo do desenvolvimento econômico do país (IBGE, 2020a). Para acompanhar os indivíduos e a situação domiciliar, são realizadas cinco visitas. As perguntas relativas à primeira entrevista captam informações sobre características gerais dos moradores, tais como: habitação, rendimentos de outras fontes, assim como informações adicionais da força de trabalho. Segundo IBGE (2019a), a pesquisa é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra-mestra de setores censitários. Diante disso, o presente trabalho considera o fato de esta ser uma amostra complexa nas estimações realizadas. Isso garante que a representatividade dos níveis geográficos seja garantida nos resultados.

A amostra selecionada compreende 91.764 observações, que, com os pesos amostrais, representam 41.432.952 indivíduos da população brasileira para o período de análise. Observando-se mais especificamente as regiões, a Norte contempla 15.549 observações, representando 4.496.437 indivíduos; a região Nordeste, 33.672 observações, representando 12.168.067; a região Sudeste, 20.485 observações, representando 15.924.044 crianças, e a região Sul e Centro-Oeste, respectivamente, 13.129 e 8.929 observações, caracterizando 5.506.001 e 3.338.403 crianças na faixa etária analisada, 0 a 13 anos.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Análise descritiva

Esta subseção é dedicada a demonstrar como é importante a consideração das diferenças regionais, ao se tratar da temática da pobreza. Devido à heterogeneidade regional, considerar o Brasil como uma unidade homogênea subestima tanto a real correspondência dos fatores associados à pobreza como a identificação de sua extensão de acordo com cada região. Para tanto, a partir de uma abordagem unidimensional da privação de renda monetária, são analisados os indicadores de *Foster-Greer-Thorbecke* (FGT) para as faixas de renda que identificam a pobreza e a extrema pobreza no Brasil e suas macrorregiões.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a proporção de pobres (P0), a intensidade da pobreza (P1) e a severidade da pobreza (P2), respectivamente, para as linhas de pobreza e extrema pobreza (R\$ 499,00 e R\$ 249,50) no Brasil. A partir do cálculo do índice FGT, verificou-se que 46,9% de crianças e adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza e 21,6% em extrema pobreza.

**Tabela 1** – Indicadores de pobreza FGT para renda per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo e  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo para o Brasil, em 2019.

Pobreza		
	média	desvio padrão
P0	0,469	0,004
P1	0,232	0,002
P2	0,150	0,002
Extrema Pobreza		
	média	desvio padrão
P0	0,216	0,003
P1	0,106	0,002
P2	0,070	0,001

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da PNADC 2019.

Com relação à intensidade da pobreza, verifica-se que a região com a proporção mais próxima da média do país é a Sudeste, tendo 15,4% dos indivíduos nessa situação. Tal proximidade também ocorre no tocante à severidade da pobreza, igual a 9,3%. Entretanto, cabe ressaltar que, ainda assim, a média da região Sudeste é menor que a nacional.

Ainda analisando a severidade da pobreza, os índices mais elevados também estão nas regiões Nordeste e Norte, sendo a discrepância muito elevada com relação às demais regiões. Enquanto, por exemplo, a região Norte apresenta proporção de 23,2%, o valor para a região Sul é de 6,5%.

Simultaneamente a esses resultados, observa-se, na Figura 2, padrão espacial similar para a extrema pobreza. Novamente, os índices mais elevados são encontrados nas regiões Nordeste e Norte, sendo que mais de 35% das crianças encontraram-se em situação de extrema pobreza; mais de 17% delas apresentavam intensidade de insuficiência de renda, e mais de 10%, severidade da pobreza, sendo todas essas proporções acima da média nacional.

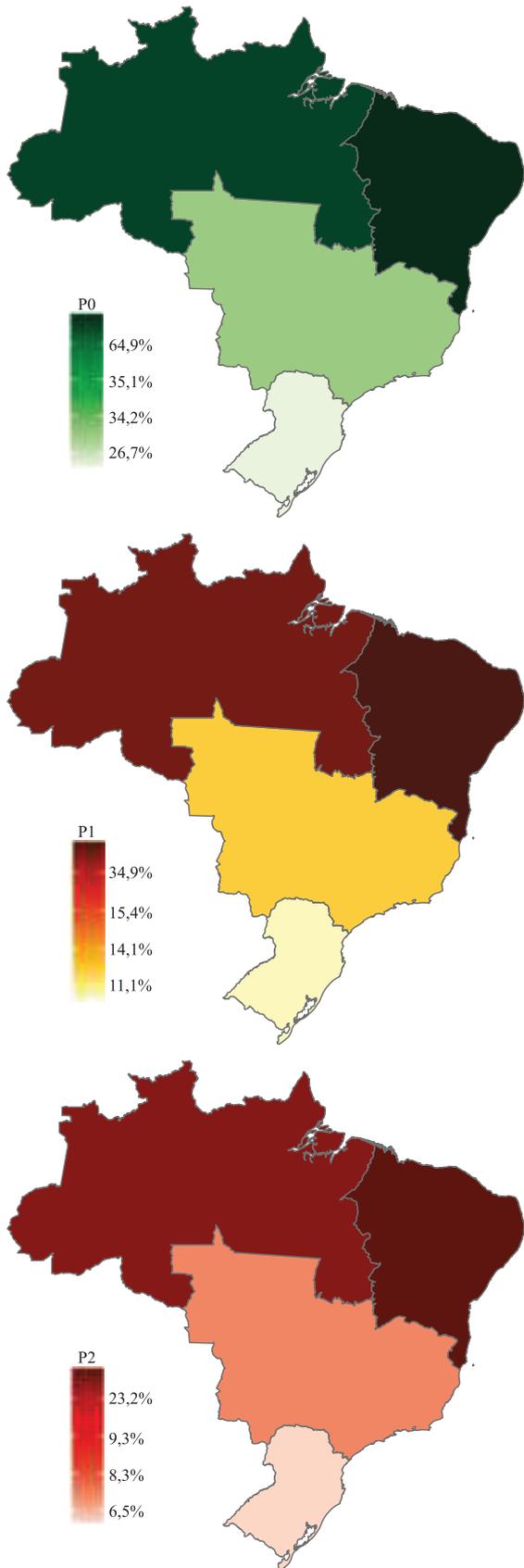
Atentando-se para o restante do país, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam resultados parecidos, no tocante à extrema pobreza, em todos os seus índices, sendo que, na primeira, são observadas proporções um pouco superiores em relação à segunda. Para ter uma ideia, no que tange aos índices P1 e P2, a diferença entre essas duas regiões foi de 1,3 p.p. e 0,4 p.p., respectivamente. Já a região Sul apresentou os menores índices em relação a todas as demais regiões, sendo que 8,3% de suas crianças estão em extrema pobreza; 4,1% delas, em intensidade de insuficiência de renda, e 2,9%, na parte mais severa da extrema pobreza.

Tais resultados suscitam algumas considerações. Em primeiro lugar, denotam diferença elevada na distribuição de renda entre as regiões brasileiras e a necessidade de focalização no combate à pobreza, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, ainda é exorbitante a proporção de crianças em situação de vulnerabilidade, sendo que parcela considerável está distante até mesmo de um nível de renda minimamente aceitável.

Com relação à intensidade e à severidade da pobreza, os valores de P1 e P2 foram iguais a 23,2% e 15,0%, respectivamente. No que tange a parte mais crítica da amostra, que é de extrema pobreza, 10,63% desses indivíduos apresentam insuficiência média de renda (P1) e 7,0% estão em situação de maior severidade da pobreza.

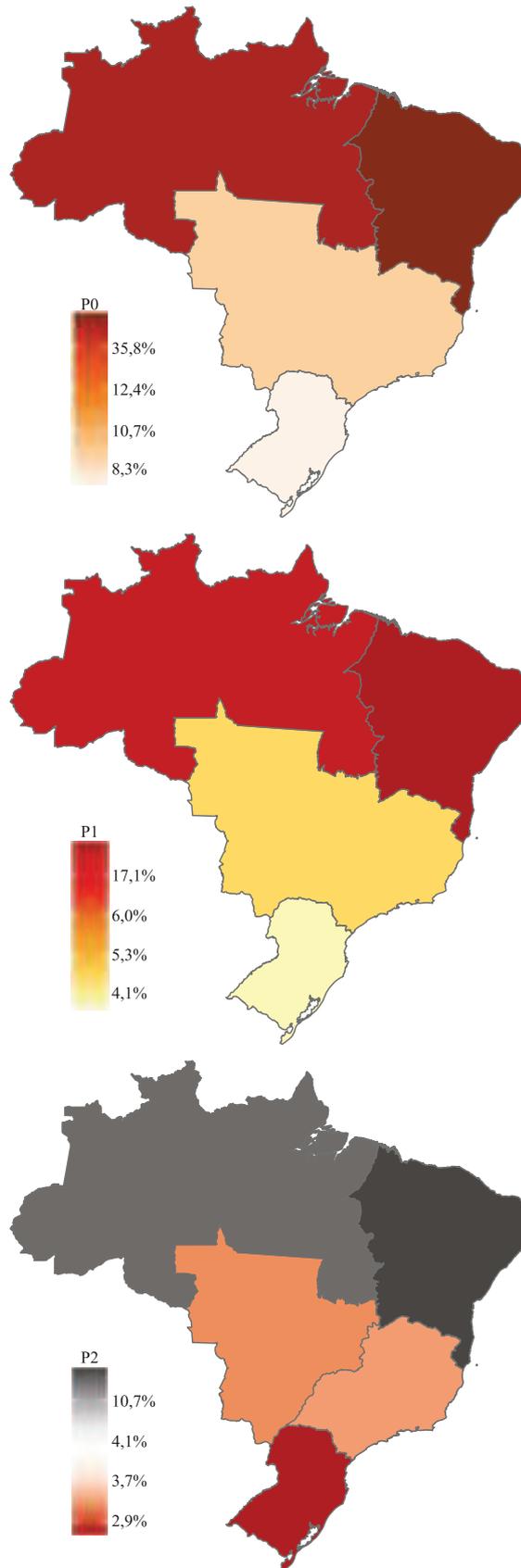
Quanto às macrorregiões brasileiras, as Figuras 1 e 2 trazem resultados extremamente relevantes. Inicialmente, através da Figura 1, é possível observar que as maiores proporções para os três índices (P0, P1 e P2) estão concentradas nas regiões Nordeste e Norte. Relativo a P0, nas duas referidas regiões, mais de 60% das crianças vivem com menos de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. Tal proporção está muito acima da média nacional e de outras regiões, como no caso do Centro-Oeste e Sul, que tem, na devida ordem, 34,2% e 26,7% de suas crianças vivendo abaixo da linha de pobreza.

**Figura 1** – Indicadores de pobreza FGT para renda per capita inferior a ½ salário-mínimo para as macrorregiões brasileiras, em 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da PNADC 2019.

**Figura 2** – Indicadores de pobreza FGT para renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo para as macrorregiões brasileiras, em 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da PNADC 2019.

Além das diferenças com relação aos indicadores de pobreza, verificam-se também discrepâncias marcantes referentes aos fatores a ela associados, de acordo com as regiões. Na Tabela 2, a partir da amostra selecionada, tem-se as estatísticas descritivas dos indivíduos submetidos à pobreza e extrema pobreza no país. Posteriormente, na Tabela 3, essa especificação é apresentada para as macrorregiões brasileiras. A comparação entre os resultados das referidas tabelas é importante para demonstrar a heterogeneidade existente no país.

**Tabela 2** – Estatísticas descritivas das variáveis para o Brasil condicionadas às situações de pobreza e extrema pobreza, em 2019.

	Pobreza		Extrema Pobreza	
	média	desvio padrão	média	desvio padrão
menina ***	0,495	0,004	0,488	0,004
mulher (como referência da casa) ***	0,547	0,007	0,576	0,008
branco ***	0,331	0,006	0,242	0,006
E1 ***	0,461	0,007	0,600	0,007
E2 ***	0,206	0,005	0,189	0,006
E3 ***	0,292	0,006	0,188	0,006
E4 ***	0,042	0,003	0,024	0,002
urbano ***	0,811	0,005	0,736	0,005
média de pessoas no domicílio ***	4,626	0,025	5,030	0,031

Fonte: Elaborada pelos autores, de acordo com os dados da PNADC 2019. Nota: para todas as variáveis, as médias entre pobreza e extrema pobreza foram estatisticamente diferentes a um nível de 1% (\*\*\*).

**Tabela 3** – Estatísticas descritivas das variáveis para indivíduos pobres, de acordo com as macrorregiões brasileiras, em 2019.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
menina ***	0,517	0,495	0,489	0,492	0,492
	(0,011)	(0,0066)	(0,009)	(0,012)	(0,012)
mulher (como referência da casa) ***	0,490	0,525	0,581	0,592	0,531
	(0,016)	(0,0096)	(0,014)	(0,018)	(0,020)
branco ***	0,185	0,245	0,393	0,629	0,300
	(0,010)	(0,0064)	(0,012)	(0,016)	(0,014)
E1 ***	0,457	0,519	0,412	0,447	0,440
	(0,015)	(0,008)	(0,013)	(0,019)	(0,020)
E2 ***	0,196	0,170	0,223	0,284	0,202
	(0,013)	(0,006)	(0,011)	(0,016)	(0,015)
E3 ***	0,302	0,269	0,325	0,231	0,304
	(0,014)	(0,007)	(0,014)	(0,016)	(0,019)
E4 ***	0,044	0,042	0,040	0,038	0,054
	(0,005)	(0,003)	(0,006)	(0,006)	(0,008)
urbano ***	0,739	0,735	0,899	0,817	0,876
	(0,015)	(0,008)	(0,006)	(0,011)	(0,011)
média de pessoas no domicílio ***	5,108	4,453	4,624	4,626	4,641
	(0,083)	(0,033)	(0,050)	(0,055)	(0,068)

Fonte: Elaborada pelos autores, de acordo com os dados da PNAD 2019. Nota: Para todas as variáveis, as médias entre as regiões foram estatisticamente diferentes a um nível de 1% (\*\*\*).

A partir da Tabela 2, constata-se que menos da metade das crianças pobres e extremamente pobres são meninas. Além disso, a maioria dos domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza são chefiados por mulheres. Ainda, apenas 33,1% e 24,2% das crianças pobres e extremamente pobres são autodeclaradas brancas. Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte da amostra está concentrada no primeiro nível (E1). Em termos práticos, 46,1% e 60,0% dos indivíduos identificados como referência nos domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza não possuem instrução ou não completaram o ensino fundamental.

No que concerne à situação localizacional, 81,1% e 73,6% das crianças pobres e extremamente pobres residem em domicílios localizados no meio urbano, respectivamente. Já com relação à quantidade de pessoas no domicílio, tem-se que, em média, em um domicílio pobre, quatro pessoas moram juntas e cinco, nas residências em situação de extrema pobreza.

Na Tabela 3, são apresentadas as características socioeconômicas dos indivíduos considerados pobres, específicas para as macrorregiões brasileiras. Inicialmente, é importante evidenciar as diferenças significativas a partir da cor/raça das crianças. As regiões Norte e Nordeste apresentam proporções de pessoas brancas e pobres, na devida ordem, de 18,5% e 24,5%, enquanto a região Sul tem média de 62,9% das crianças brancas em situação de pobreza. Cabe aqui salientar que esse resultado para a região Sul significa que, apesar de o país ser majoritariamente pardo ou preto, ela apresenta configuração distinta por possuir mais de 70% da sua população autodeclarada branca.

Quanto à questão de escolaridade, verifica-se que a população pobre concentra-se no menor nível de escolaridade, E1. Nesse aspecto, a região Nordeste possui a maioria das pessoas de referência nessa condição, diferentemente do Sudeste, que apresenta a menor proporção de indivíduos pobres com esse nível de escolaridade, sendo a discrepância entre as duas referidas regiões de 0,11 p.p. A segunda maior proporção referente ao nível de escolaridade dos chefes de domicílio considerados pobres é E3, ou seja, ensino médio completo. Nesse caso, as regiões Norte e Sudeste apresentam as maiores proporções, respectivamente, de 30,2% e 32,5%.

Quanto à situação localizacional do domicílio, as crianças pobres estão concentradas no meio urbano, sendo que a região Sudeste apresenta a proporção mais elevada, de 89,9%, e, em contrapartida, a região Nordeste, a menor, de 73,5%. Para a variável que denota a média de quantidade de pessoas nos domicílios em situação de pobreza, a região Norte apresenta o valor mais elevado, igual a cinco pessoas. Para as demais regiões, essa variável possui valores similares, sendo que o Centro-Oeste apresenta a segunda maior média, com valor igual a 4,64.

No tocante à extrema pobreza, a Tabela 4 descreve as variáveis anteriormente apresentadas. Percebe-se que existem diferenças com relação ao resultado da variável que representa o sexo da pessoa de referência no domicílio, em relação à Tabela 3. Respectivamente, para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, 66,5%, 63,9% e 60,4%, dos domicílios em extrema pobreza têm como chefe de domicílio uma mulher. No caso das residências consideradas pobres, todas as regiões apresentaram proporção menor que 60%.

**Tabela 4** – Estatísticas descritivas das variáveis para indivíduos em uma situação de extrema pobreza, de acordo com as macrorregiões brasileiras, em 2019.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
menina ***	0,491 (0,007)	0,489 (0,0052)	0,482 (0,013)	0,492 (0,016)	0,499 (0,019)
mulher (como referência da casa) ***	0,491 (0,015)	0,558 (0,008)	0,665 (0,021)	0,639 (0,025)	0,604 (0,0302)
branco ***	0,137 (0,008)	0,211 (0,005)	0,311 (0,022)	0,568 (0,0268)	0,307 (0,020)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
E1 ***	0,643 (0,013)	0,645 (0,007)	0,476 (0,022)	0,568 (0,026)	0,552 (0,028)
E2 ***	0,159 (0,011)	0,173 (0,006)	0,237 (0,020)	0,239 (0,023)	0,190 (0,022)
E3 ***	0,172 (0,011)	0,171 (0,005)	0,243 (0,019)	0,161 (0,019)	0,194 (0,021)
E4 ***	0,026 (0,003)	0,011 (0,001)	0,044 (0,008)	0,032 (0,007)	0,064 (0,015)
urbano ***	0,574 (0,018)	0,567 (0,009)	0,849 (0,011)	0,780 (0,0203)	0,862 (0,019)
média de pessoas no domicílio ***	5,794 (0,077)	4,888 (0,032)	4,850 (0,100)	4,642 (0,081)	4,959 (0,124)

Fonte: Elaborada pelos autores, de acordo com os dados da PNADC 2019. Nota: Para todas as variáveis, as médias entre as regiões foram estatisticamente diferentes a um nível de 1% (\*\*\*).

Outra variável relevante, cujo comportamento difere da análise anterior, é a que denota a questão localizacional. Verifica-se diminuição na proporção de crianças extremamente pobres concentradas na zona urbana, quando se compara essa proporção com a das crianças consideradas pobres nas regiões Norte e Nordeste. Por fim, também foi possível observar aumento na média de indivíduos nos domicílios extremamente pobres para todas as regiões.

## 4.2 Fatores relacionados à incidência de pobreza infantil no Brasil e suas macrorregiões

Para investigar os fatores relacionados à probabilidade de uma criança estar em situação de pobreza e extrema pobreza foram estimados doze modelos *Logit*, contemplando o país e suas macrorregiões (vide o Quadro 2). Em todos os modelos, foi detectada existência de heterocedasticidade pelo teste de *Breusch-Pagan*. Logo, os modelos foram reestimados, considerando erros padrões robustos. Além disso, através do teste LR (Razão de Verossimilhança), observou-se que houve ajustamento correto dos modelos, e, através do fator de inflação da variância (VIF), verificou-se ausência de multicolinearidade.

**Quadro 2** – Razões de chances estimadas para os fatores socioeconômicos relacionados à incidência de pobreza e extrema pobreza infantil, nas regiões brasileiras, em 2019

Variáveis	Pobreza					
	Brasil	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Intercepto	25.096 *** (0.0813)	33.651 *** (0.1274)	16.954 *** (0.1576)	0.7981 (0.1660)	0.4220 *** (0.1813)	0.5236 (0.1926)
Menina	10.218 (0.0222)	10.032 (0.0356)	10.873 (0.0516)	0.9999 (0.0430)	10.327 (0.0515)	10.831 (0.0568)

<b>Pobreza</b>											
<b>Variáveis</b>	<b>Brasil</b>		<b>Nordeste</b>		<b>Norte</b>		<b>Sudeste</b>		<b>Sul</b>		<b>Centro-Oeste</b>
Branco	0.6407	***	0.6861	***	0.6244	***	0.6072	***	0.6202	***	0.7303
	(0.0307)		(0.0446)		(0.0792)		(0.0572)		(0.0751)		(0.0712)
Idade	0.9708	***	0.9717	***	0.9752	***	0.9741	***	0.9588	***	0.9656
	(0.0029)		(0.0042)		(0.0064)		(0.0060)		(0.0063)		(0.0070)
Mulher	20.097	***	19.211	***	21.488	***	20.401	***	21.114	***	17.622
	(0.0318)		(0.0466)		(0.0808)		(0.0617)		(0.0769)		(0.0853)
E2	0.7756	***	0.7862	***	0.7261	***	0.8623	*	0.6811	***	0.6716
	(0.0429)		(0.0692)		(0.1077)		(0.0830)		(0.0955)		(0.1029)
E3	0.3848	***	0.3291	***	0.4574	***	0.4179	***	0.3323	***	0.4692
	(0.0402)		(0.0540)		(0.0854)		(0.0810)		(0.0922)		(0.1099)
E4	0.0710	***	0.0517	***	0.0711	***	0.0839	***	0.0783	***	0.1098
	(0.0637)		(0.0834)		(0.1266)		(0.1337)		(0.1625)		(0.1503)
Quantidade de pessoas do domicílio	13.037	***	12.946	***	13.374	***	12.967	***	13.579	***	12.366
	(0.0147)		(0.0237)		(0.0262)		(0.0298)		(0.0350)		(0.0328)
Urbano	0.4058	***	0.3260	***	0.3524	***	0.4237	***	0.5358	***	0.7400
	(0.0341)		(0.0549)		(0.1018)		(0.0728)		(0.0884)		(0.1180)
Norte	0.7790	***									
	(0.0477)										
Sudeste	0.3447	***									
	(0.0407)										
Sul	0.2182	***									
	(0.0500)										
Centro-Oeste	0.2892	***									
	(0.0540)										
Observações	41.432.952		12.168.067		4.496.437		15.924.044		5.506.001		3.338.403
Teste LR	8.882,72		3.515,48		1.341,80		1.368,23		956,78		556,62
P-valor LR	0,000		0,000		0,000		0,000		0,000		0,000
Pseudo-R <sup>2</sup>	0,300		0,248		0,249		0,206		0,179		0,149
<b>Pobreza extrema</b>											
<b>Variáveis</b>	<b>Brasil</b>		<b>Nordeste</b>		<b>Norte</b>		<b>Sudeste</b>		<b>Sul</b>		<b>Centro-Oeste</b>
Intercepto	0.3859	***	0.4573	***	0.3506	***	0.3523	***	0.1980	***	0.3662
	(0.0675)		(0.0953)		(0.1589)		(0.1444)		(0.1999)		(0.2196)
Menina	1.0327		1.0236		1.1112	**	1.0131		1.0276		1.0476

Pobreza extrema											
Variáveis	Brasil		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Centro-Oeste
	(0.0215)		(0.0316)		(0.0510)		(0.0445)		(0.0586)		(0.0620)
Branco	0.8330	***	0.9384		0.9593		0.8013	***	0.7532	***	0.7574
	(0.0329)		(0.0404)		(0.0793)		(0.0684)		(0.0786)		(0.0740)
Idade	0.9871	***	0.9990		1.0012		0.9804	***	0.9673	***	0.9748
	(0.0025)		(0.0036)		(0.0062)		(0.0054)		(0.0065)		(0.0078)
Mulher	1.2549	***	1.0411		1.1196		1.3924	***	1.6796	***	1.3378
	(0.0313)		(0.0441)		(0.0702)		(0.0669)		(0.0869)		(0.0927)
E2	0.9964		1.0106		1.2722	**	0.9211		0.8944		0.8435
	(0.0426)		(0.0626)		(0.1102)		(0.0883)		(0.1102)		(0.1228)
E3	0.7197	***	0.8609	***	1.1308		0.5946	***	0.4946	***	0.7074
	(0.0400)		(0.0521)		(0.0958)		(0.0850)		(0.1136)		(0.1186)
E4	0.1541	***	0.2477	***	0.2435	***	0.1069	***	0.1125	***	0.1456
	(0.0739)		(0.0922)		(0.1489)		(0.1731)		(0.2014)		(0.1775)
Quantidade de pessoas do domicílio	1.0470	***	0.9655	**	0.9901		1.1368	***	1.2782	***	1.1116
	(0.0113)		(0.0171)		(0.0222)		(0.0277)		(0.0359)		(0.0349)
Urbano	1.0982	***	1.2848	***	1.1673	*	0.7656	***	0.6754	***	0.8364
	(0.0342)		(0.0480)		(0.0911)		(0.0742)		(0.0851)		(0.1281)
Norte	0.9612										
	(0.0452)										
Sudeste	0.8354	***									
	(0.0395)										
Sul	0.6627	***									
	(0.0496)										
Centro-Oeste	0.8619	***									
	(0.0523)										
Observações	41.432.952		12.168.067		4.496.437		15.924.044		5.506.001		3.338.403
Teste LR	1.683,75		296,53		144,10		558,54		477,51		256,00
P-valor LR	0,000		0,000		0,000		0,000		0,000		0,000
Pseudo-R <sup>2</sup>	0,062		0,025		0,035		0,090		0,096		0,074

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da PNADC 2019. Erro-padrão em parênteses.

Notas: \* Estatisticamente significativo a 10%;

\*\* Estatisticamente significativo a 5%;

\*\*\* Estatisticamente significativo a 1%.

Como definido previamente, para a análise dos fatores relacionados à incidência de pobreza e extrema pobreza infantil, são utilizadas as razões de chances. Considerando-se os modelos para o país como um todo, a variável de sexo da criança não foi estatisticamente significativa. Isso de-

monstra que o fato de ser menina ou menino não influencia a probabilidade de acometimento pela pobreza ou extrema pobreza, o que contraria o apontamento de Ribeiro e Marinho (2012), em que meninas seriam mais atingidas.

Observa-se que ser de cor não branca aumenta as chances de que a criança esteja em situação de pobreza e extrema pobreza, em 35,9 p.p. e 16,7 p.p., respectivamente. Resultados similares foram encontrados por Bratter e Damaske (2013), Burchardt (2008), Ribeiro e Marinho (2012) e IBGE (2019), demonstrando a relativa vulnerabilidade econômica histórica da população preta e parda.

O resultado da variável “idade” também está de acordo com a literatura, em que quanto menor a idade da criança, maior a probabilidade de que esteja em situação de pobreza e extrema pobreza. Segundo Gornick e Jäntti (2010), crianças mais novas estão em situação de vulnerabilidade mais elevada, já que seus pais (especialmente as mães) podem estar fora do mercado de trabalho. Além disso, esses pais, geralmente, são mais jovens que aqueles de crianças mais velhas, e indivíduos mais jovens têm probabilidade maior de possuírem renda mais baixa. A cada ano de acréscimo na idade da criança, a probabilidade de ser pobre diminui em 2,9 p.p. e de ser extremamente pobre, em 1,2 p.p. Cabe ainda salientar que o coeficiente estimado relativamente pequeno pode ser decorrente do truncamento da amostra selecionada, o que faz com que a diferença entre as idades das crianças não tenha impacto elevado na probabilidade de serem pobres e extremamente pobres.

Partindo para a análise das variáveis relativas à pessoa de referência no domicílio, o fato de esta ser uma mulher aumenta a probabilidade de a criança ser considerada pobre em 100,9 p.p. e extremamente pobre em 25,4 p.p. Tal resultado é um indicativo da sobrerrepresentação feminina da pobreza no Brasil, isto é, a constatação do nível de pobreza mais elevado entre famílias chefiadas por mulheres, o que está de acordo com o resultado de Spencer (2003) e Bárcena-Martin et al. (2017). Isso ocorre devido ao fato de que as oportunidades ainda não são as mesmas entre homens e mulheres, no mercado de trabalho. Diante disso, as mulheres com características produtivas similares às dos homens tendem a receber menores salários, devido à seletividade e à discriminação no mercado de trabalho, como argumentam Cacciamali e Hirata (2005).

Avaliando-se os níveis de escolaridade das pessoas de referência nos domicílios, tem-se que, apesar da variável E2, que representa os níveis entre fundamental completo e médio incompleto, não ter sido significativa no caso de extrema pobreza, todas as outras foram, em ambas as faixas de rendas, adotando-se como parâmetro as pessoas de referência nos domicílios sem instrução ou com o fundamental incompleto. Nesse sentido, os resultados demonstram que quanto maior o nível de escolaridade do (a) chefe do domicílio, menores as chances de que a criança esteja em situação de pobreza e extrema pobreza. Níveis de escolaridade mais elevados que o ensino médio completo diminuem as chances de que as crianças estejam em situação de pobreza e extrema pobreza em 92,9 p.p. e 84,5 p.p., respectivamente. Barros e Mendonça (1995) e Salvato et al. (2010) argumentam que a escolaridade dos indivíduos é primordial na determinação da renda, que é compartilhada entre as crianças dependentes no interior dos domicílios.

Na mesma direção, tem-se o resultado da variável que identifica a quantidade de pessoas no domicílio. Quanto maior essa quantidade, mais elevada a probabilidade de que as crianças sejam pobres e extremamente pobres em 30,3 p.p. e 4,7 p.p., respectivamente, para cada indivíduo adicional nos domicílios. Este resultado corrobora as evidências de outros países, como nos trabalhos de Lipton (1999), Sowunmi (2016) e Acar e Anil (2015). Como explicado por Blake (1989), dado que a renda familiar independe do número de componentes, famílias maiores diluem seus recursos com mais pessoas, e isso faz com que a renda per capita seja menor.

No caso da localização do domicílio, residir na zona urbana diminui a probabilidade de que a criança seja pobre em 59,4 p.p., aumenta as chances de que seja extremamente pobre em 9,8 p.p. O resultado relativo apenas à pobreza corrobora os achados da literatura, em que residir na zona rural aumenta as chances de acometimento pela pobreza (MOSANER, 2016; MUSIWA, 2019a). O efeito contrário referente à pobreza

extrema indica a dificuldade das famílias de crianças residentes no meio urbano, geralmente habitando domicílios subnormais, em garantir sua subsistência.

Por fim, os resultados das *dummies* regionais demonstram que as crianças nordestinas apresentam maior probabilidade de serem pobres, comparadas àquelas que residem nas demais regiões, sendo a discrepância menor verificada na região Norte. No caso da condição de extrema pobreza, a *dummy* que denota se a criança reside na região Norte não foi significativa, indicando que morar na região Nordeste ou na primeira não influi na probabilidade de que ela seja extremamente pobre. Em ambos os níveis de renda, a região Sul é aquela que apresenta menor razão de chances, em comparação com o Nordeste. Isso diminui a probabilidade de suas crianças serem pobres em 78,1 p.p. e extremamente pobres em 33,7 p.p., quando comparadas às crianças nordestinas. Esse resultado que identifica a incidência de pobreza infantil regional suscita indagações, pela forma como os fatores socioeconômicos se relacionam à pobreza e à extrema pobreza em cada região brasileira específica, sendo esta avaliação realizada em seguida.

Analisando-se as estimações para as macrorregiões regiões brasileiras, percebe-se que, em quase todas, o fato de a criança ser menina não apresentou resultados estatisticamente significativos. Isso demonstra que o sexo da criança não influencia a probabilidade de que ela esteja em situação de pobreza e extrema pobreza. A exceção foi para a região Norte, onde ser menina aumenta em 11,1 p.p. as chances de que criança seja extremamente pobre, o que vai ao encontro do estudo de Barcellos et al. (2014).

O fato de a criança ser branca também diminuiu a probabilidade de pobreza em todas as regiões. A região que apresenta as menores chances de que a criança seja pobre é o Centro-Oeste, com redução de 26,9 p.p. No caso da extrema pobreza, as estimativas dessa variável para as regiões Nordeste e Norte não foram estatisticamente significativas. Na região Sudeste, ter cor branca impacta menos nas chances de que a criança seja extremamente pobre, o que representa redução de 19,8 p.p. Isso significa que a cor/raça da criança na referida região condiciona menos a situação de pobreza ou extrema pobreza em relação às demais regiões.

Com relação à variável que denota que a mulher é a pessoa de referência no domicílio, com exceção da situação de extrema pobreza nas regiões Nordeste e Norte, cujos resultados não foram significativos, todas as regiões apresentaram o mesmo resultado em relação ao país como um todo. Novamente, como explicitado anteriormente, evidencia-se que ainda há elevada disparidade em termos de rendimentos entre homens e mulheres, sendo esta mais elevada na região Norte (aumento de 214,8 p.p.), quando analisada a situação de pobreza, e na região Sul (aumento de 167,9 p.p.), com relação à extrema pobreza.

Assim como para o país como um todo, as variáveis cujos coeficientes estimados são os mais elevados correspondem às *dummies* de escolaridade, tendo como parâmetro os (as) chefes de domicílio sem instrução ou com até nível fundamental incompleto. Para a análise da situação de pobreza, todas variáveis que representam os níveis de escolaridade foram significativas, e as probabilidades de que as crianças sejam pobres diminuam conforme a escolaridade aumentava. Na análise de extrema pobreza, apesar de alguns resultados não significativos, também foi possível verificar, em todas as regiões, a tendência de diminuição das chances de que a criança seja extremamente pobre, quando o nível de escolaridade aumentou. Esse resultado demonstra que a educação é preponderante para obtenção de renda para as famílias, o que diminui a probabilidade de pobreza das crianças.

Os resultados das variáveis que apontam o efeito do nível de escolaridade das pessoas de referência sobre a condição de pobreza e extrema pobreza das crianças evidenciam as distintas características em termos de desenvolvimento das macrorregiões brasileiras (SULIANO; SIQUEIRA, 2012). No que se refere ao nível mais elevado de escolaridade, superior incompleto ou completo, a região Nordeste apresentou o maior coeficiente estimado, 94,6 p.p., demonstrando o baixo nível relativo de escolaridade na região. Já no caso do efeito do nível de escolaridade sobre a condição de extrema pobreza, a região Sudeste, seguida do Sul, foram aquelas que apresentaram maiores

diminuições nas razões de chances, 89,3 p.p. e 88,7 p.p., respectivamente. Quanto à maior quantidade de pessoas no domicílio, esta eleva as chances de que as crianças sejam pobres nas regiões brasileiras de forma relativamente similar.

No caso da pobreza extrema, por sua vez, é verificado impacto positivo do número de pessoas no domicílio apenas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto no Norte não houve significância estatística. Na região Nordeste, apesar da referida variável elevar as chances de que a criança seja extremamente pobre, a razão de chances foi próxima a 100, apresentando um efeito marginal ínfimo, sem representatividade.

No que tange à questão localizacional, residir em áreas urbanas diminui a probabilidade de pobreza infantil em todas as regiões brasileiras. As duas regiões que apresentaram maiores coeficientes foram Nordeste e Norte, com redução de 67,4 p.p. e 64,7 p.p., respectivamente. Esse resultado vai ao encontro da análise descritiva, apresentada na subseção anterior. Além disso, ele também reflete a precariedade das condições de vida das crianças residentes nas zonas rurais das duas regiões supracitadas. Analisando-se a referida variável para as crianças em situação de extrema pobreza, verifica-se uma discrepância. Nesse caso, estar na zona urbana diminui as chances de que a criança seja extremamente pobre nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mas as aumenta nas regiões Nordeste e Norte. Como essas últimas regiões possuem maior peso em termos de pobreza extrema no país, o resultado é semelhante àquele apresentado para o país como um todo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a influência de fatores socioeconômicos sobre a prevalência de pobreza e extrema pobreza infantis, levando-se em consideração o Brasil e suas heterogêneas macrorregiões. Para tal, foram, inicialmente, apurados os índices FGT para o país e suas macrorregiões, evidenciando que tanto a incidência quanto a intensidade e a severidade da pobreza e da extrema pobreza infantis são superiores no Norte e no Nordeste. Nestas regiões, mais de 60% das crianças vivem em situação de pobreza e mais de 35% em extrema pobreza, proporções muito acima das médias nacionais.

Em seguida, foram estimados os modelos *Logit*, abrangendo o país e cada macrorregião brasileira. A variável “dependente”, que representou o status da pobreza infantil, foi uma *dummy* que identificava se a criança pertencia a um domicílio cuja faixa de rendimento era inferior ou igual a  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo per capita, no caso da pobreza, e inferior ou igual a  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, no caso da extrema pobreza. Foram controladas as características das crianças através de aspectos intrínsecos a elas, tais como: cor, idade e sexo, e de aspectos familiares e dos domicílios onde residiam: nível de escolaridade e sexo da pessoa de referência, quantidade de pessoas que residiam nos domicílios, e, por fim, levou em consideração se os domicílios estavam localizados em área urbana ou rural.

No geral, os resultados estimados para o país vão ao encontro da análise regional, que é extremamente pertinente, levando-se em consideração o fato de que o Brasil possui dimensões continentais e é composto por regiões com dinâmicas extremamente discrepantes. Independentemente da região, é importante destacar que quanto mais elevado o nível de escolaridade, menores as chances de que a criança seja pobre. Isso demonstra a importância do nível educacional da pessoa de referência no domicílio como indutora das condições de vida das crianças dependentes. Cabe ainda salientar que o referido efeito, quando avaliada a condição de pobreza, é muito mais elevado na região Nordeste. Com relação à condição de extrema pobreza, os maiores efeitos encontram-se no Sudeste, o que ilustra não apenas os diferentes níveis de escolaridade entre as regiões brasileiras como também os distintos impactos que estes têm sobre os níveis de pobreza.

A variável de localização (urbana ou rural) foi a que apresentou resultados mais diversificados. Enquanto crianças que vivem no setor urbano têm menor probabilidade de estar em situação de po-

breza nas macrorregiões brasileiras, ao analisar a condição de extrema pobreza, verifica-se que as zonas urbanas continuam a diminuir a probabilidade de sua incidência nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Mas, nas regiões Norte e Nordeste, a probabilidade de que elas sejam extremamente pobres aumenta à medida que é elevado o grau de urbanização.

Diante do efeito de cada variável explicativa analisada sobre as condições de pobreza e extrema pobreza entre as grandes regiões brasileiras, faz-se necessário que os formuladores de políticas públicas encontrem medidas que possam mitigá-las, atentando para as discrepâncias regionais existentes.

Por fim, o estudo apresenta algumas limitações: o período analisado corresponde a apenas um ano e as variáveis que denotam os níveis de pobreza referem-se apenas à questão monetária. Para trabalhos futuros, é recomendável a adoção da abordagem de pobreza multidimensional, no intuito de verificar as diversas privações que podem afetar as condições de vida das crianças nas regiões brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ACAR, A.; ANIL, B. How does childhood poverty affect future outcomes of children? **BETAM**, Working paper series #016, fev. 2015.
- ADETOLA, A.; OLUFEMI, P. Determinants of child poverty in rural Nigeria: A Multidimensional Approach. **Global journal of human social science arts & humanities**, v. 12, n. 12, p. 38-52, 2012.
- AFONSO, L. E.; PEREDA, P. C.; GIAMBIAGI, F.; FRANCO, S. O salário-mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Economia aplicada**, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 559-593, dez. 2011.
- ALBERTO, M. F. P.; YAMAMOTO, O. H. Quando a educação não é solução: política de enfrentamento ao trabalho infantil. **Temas em psicologia**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 1677-1691, 2017.
- ASSIS, D.; MEDEIROS, C.; NOGUEIRA, C. Extreme child poverty, growth and income distribution. **Planejamento e políticas públicas**, v. 48, n. 1, p. 176–205, 2017.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty Distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. **Encontro nacional de economia**, v. 34, 2006.
- BARCELLOS, S. H.; CARVALHO, L. S.; LLERAS-MUNEY, A. Child gender and parental investments in India: are boys and girls treated differently? **American economic journal: applied economics**, v. 6, n. 1, p. 157-89, 2014.
- BÁRCENA-MARTIN, E.; BLANCO-ARANA, M. C.; PÉREZ-MORENO, S. Dynamics of child poverty in the European countries. **Society for the study of economic inequality**, Working Paper 437, 2017.
- BARRIENTOS, A.; DEJONG, J. Child poverty and cash transfers. **Childhood poverty research and policy centre**, London, 2004.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. **IPEA**, Texto para Discussão n. 377, 1995.

BITLER, M.; HOYNES, H.; KUKA, E. Child poverty, the great recession, and the social safety net in the united states. **Journal of policy analysis and management**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.358-389, out. 2016.

BLAKE, J. **Family Size and Achievement**. Berkeley: University of California Press, 1989.

BLANDEN, J.; GREGG, P.; MACMILLAN, L. Accounting for intergenerational income persistence: noncognitive skills, ability and education. **The economic journal**, v. 117, n. 519, p. C43-C60, 2007.

BRATTER, J. L.; DAMASKE, S. Poverty at a racial crossroads: poverty among multiracial children of single mothers. **Journal of marriage and family**, [s.l.], v. 75, n. 2, p. 486-502, mar. 2013.

BRATTER, J. L.; KIMBRO, R. T. Multiracial children and poverty: evidence from the early childhood longitudinal study of kindergartners. **Family relations**, [s.l.], v. 62, n. 1, p. 175-189, jan. 2013.

BURCHARDT, T. Time and income poverty. **LSE STICERD**, Research paper, CASE report 57, 2008.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda- uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos econômicos** (São Paulo), v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CAETANO, A. U. Pobreza rural no Nordeste e em Pernambuco: uma análise multidimensional. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CARNEIRO, D. M.; BAGOLIN, I. P.; TAI, S. H. T. Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009. **Nova Economia**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 69-96, abr. 2016.

CHEN, W.; CORAK, M. Child poverty and changes in child poverty. **Demography**, v. 45, n. 3, p. 537-553, 2008.

DIOGO, F. A pobreza infantil e rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. **Sociologia, problemas e práticas**, [s.l.], n. 87, p. 71-86, mar. 2018.

GORNICK, J. C.; JÄNTTI, M. Child poverty in upper-income countries: lessons from the Luxembourg income study. In: **From child welfare to child well-being**. Springer, Dordrecht, p. 339-368, 2010.

GUEDES, G. R.; ARAÚJO, T. F. Impacto do aumento da cobertura do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a pobreza e a desigualdade entre o grupo de idosos e os elegíveis não atendidos. **Revista econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 99-118, jan. - mar. 2009.

FERREIRA-BATISTA, N.; CACCIAMALI, M. C. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. **Nova Economia**, v. 22, n. 3, p. 515-554, 2012.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, [s.l.], v. 52, n. 3, p. 761, mai. 1984.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, n. 41, 2019.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. **Estudos & pesquisas, informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 40, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Brasília, IBGE, 2020. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. O que é. Brasília, IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2019**. Brasília, IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LICHTER, D. T. Family structure and poverty in the United States. **The blackwell encyclopedia of sociology**, [s.l.], p. 1-4, mai. 2019.

LIPTON, M. Growing points in poverty research: labour issues. **International institute for labour studies**, 1999.

LYNDON, S. Troubling discourses of poverty in early childhood in the UK. **Children & society**, v. 33, p. 602–609, 2019.

MAKHALIMA, J.L., SEKATANE, M.B.; DUNGA, S.H. Determinants of child poverty in a South African Township: a case of Boipatong Township. **Mediterranean journal of social sciences**, v. 5, n. 1, 235–241, 2014.

MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CARVALHAES, F. Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: a simulation study. **Research in social stratification and mobility**, [s.l.], v. 66, p. 100458, abr. 2020.

MOREIRA, R. C. et al. A. D. Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 47 n. 4, p. 919-944, 2009.

MOSANER, M. S. Pobreza infantil no Brasil: aplicação da metodologia Alkire-Foster de mensuração de pobreza multidimensional. **Economia aplicada** (impresso), v. 20, p. 489-507, 2016.

MUSIWA, A. S. Child poverty and gender and location disparities in Zimbabwe: a multidimensional deprivation approach. **Poverty & public policy**, [s.l.], v. 11, n. 1-2, p. 99-137, jul. 2019.

MUSIWA, A. S. Multidimensional child poverty in Zimbabwe: Extent, risk patterns and implications for policy, practice and research. **Children and youth services review**, v. 104, 104398, 2019a.

NGUETSE TEGOUM, P.; HEVI, K. Child poverty and household poverty in Cameroon: a multidimensional approach. From: **Poverty and well-being in east Africa: a multi-faceted economic approach**, p. 11-33, 2016.

OGWUMIKE, F. O.; OZUGHALU, U. M. Empirical evidence of child poverty and deprivation in Nigeria. **Child abuse & neglect**, [s.l.], v. 77, p. 13-22, mar. 2018.

PEREZ MARTINEZ, P. T. Determinants of Child Poverty in Uruguay: The impact of gender inequality. 2016.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **PNUD**, Brasília, 250 p. 2015.

PNUD - Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP - Fundação João Pinheiro. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. 2013. Brasília: **PNUD Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E. Time poverty in Brazil: measurement and analysis of its determinants. **Estudos econômicos (São Paulo)**, v. 42, n. 2, p. 285-306, 2012.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova economia**, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

RODGERS, H. R.; PAYNE, L. Child poverty in the american states: the impact of welfare reform, economics, and demographics. **Policy studies journal**, [s.l.], v. 35, n. 1, p. 1-21, fev. 2007.

RUIZ-RUIZ, N. J. Mortalidad por desnutrición en menores de cinco años. Pobreza y desarrollos regionales. Colombia. 2003-2012. **Economia, sociedade e território**, Toluca, v. 18, n. 56, p. 35-75, abr. 2018.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos econômicos (São Paulo)**, v. 40, n. 4, p. 753-791, 2010.

SAUNDERS, P.; BROWN, J. E.; BEDFORD, M.; NAIDOO, Y. Child deprivation in Australia: a child-focused approach. **Australian journal of social issues**, [s.l.], v. 54, n. 1, p. 4-21, mar. 2019.

SEN, A. K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

SEN, A. K. Poverty: An ordinal approach to measurement. **Econometrica**, Econometric society, v. 44, n.2, p. 219-231, mar. 1976.

SOWUNMI, F. A. Spatial analysis of hotspots and coldspots of poverty in Nigeria. **Journal of geographic information system**, v. 8, n. 2, p. 301, 2016.

SPENCER, N. Social, economic, and political determinants of child health. **Pediatrics**, v. 112, n. Supplement 3, p. 704-706, 2003.

SULIANO, D. C.; SIQUEIRA, M. L. Retornos da educação no Brasil em âmbito regional considerando um ambiente de menor desigualdade. **Economia aplicada**, v. 16, n. 1, p. 137-165, 2012.

TELLA, P et al. Socioeconomic diversities and infant development at 6 to 9 months in a poverty area of São Paulo, Brazil. **Trends in psychiatry and psychotherapy**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 232-240, ago. 2018.

UNDP - United Nations Development Programme. Global multidimensional poverty index 2019, Illuminating inequalities. **UNDP**, New York, jul. 2019.

UNICEF BRASIL - Fundo Das Nações Unidas Para A Infância. 30 anos da convenção sobre os direitos da criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. UNICEF, Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. Bem-estar e privações múltiplas: na infância e na adolescência no Brasil. UNICEF, Brasília, 2018.

WANG, Z.; MAN, X. Child income poverty in China from 2005 to 2015: the application and decomposition of the fgt indexes. **Children and youth services review**, [s.l.], v. 101, p. 70-79, jun. 2019.

WONG, Y.; WANG, T.; XU, Y. Poverty and quality of life of Chinese children: From the perspective of deprivation. **International journal of social welfare**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 236-247, nov. 2014.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 848 p.